

HABEAS CORPUS Nº 538.170 - SP (2019/0301997-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : LEANDRO WAGNER DOS SANTOS
ADVOGADO : LEANDRO WAGNER DOS SANTOS - SP196050
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE : GABRIEL ROSATI AURELIANO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE MOEDA FALSA. PRISÃO PREVENTIVA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RESPONDE A PROCESSOS CRIMINAIS DISTINTOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a reiteração de condutas criminosas, evidenciando inclinação à prática delitiva, justifica a medida constritiva para garantia da ordem pública. Precedentes.

2. No caso, a decretação da prisão preventiva está suficientemente fundamentada para a garantia da ordem pública, notadamente em razão do risco concreto de reiteração delitiva, pois foi mencionado que o Paciente está respondendo a dois processos criminais na Comarca de Rancharia/SP (autos n.º 0004833-24.2015.8.26.0491 – arts. 305 e 309 da Lei n.º 9.503/1997; autos n.º 0001010-37.2018.8.26.0491 – art. 129, § 9º, do Código Penal) e, em um deles, deixou de cumprir as condições do benefício de suspensão condicional do processo, "*além de ter o benefício revogado em razão de ter sido processado por outro crime*" (ibidem), conforme folha de antecedentes acostada aos autos.

3. Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia processual, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema.

4. Ordem de *habeas corpus* denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora